



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM  
ESATAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

---

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA GUAPIMIRIM  
DIA 13 DE ABRIL DE 2010**

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, teve início no auditório da APA GUAPIMIRIM, situado à BR – 493, Km 12,8, município de Guapimirim, a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA GUAPIMIRIM. O Presidente do CONAPAGUAPI, Dr. Breno, abriu a reunião lendo os pontos de pauta e incluindo mais um ponto a ser discutido na reunião, a questão do derramamento de óleo no rio Caceribú. Elmo pediu um espaço para serem discutidos os estudos sobre sedimentos da UFF, uma vez que as obras de terraplanagem do COMPERJ já estavam bem adiantadas e propor a criação de uma figura de membro honorário no conselho, uma vez que as eleições para nova composição do conselho deveriam estar chegando. Aderbal representante da colônia de pescadores Z9 gostaria de incluir a demarcação da faixa de 200m do manguezal na área marinha da APA e da reunião do plano de gestão do caranguejo que era para ter ocorrido em novembro. Início-se então a reunião passando um vídeo da TV Mosaico sobre os impactos do derramamento de óleo ocorrido no dia 22 de março no rio Caceribú, devido a um vazamento de óleo naftênico na subestação de Pedras Transmissora de Energia. Após o filme Breno fez um breve comentário sobre o acontecimento. O Sr. Agildo, representante da Associação de moradores de Nova Orleans solicitou mais informações sobre a indenização aos pescadores. Sr Manoel da Itapesca relatou que a indenização recebida foi de R\$1.200,00 por pescador, relativa a 2 semanas que eles ficaram parados, sem pescar. Breno ressaltou que não houve proibição da pesca, o que foi feito foi uma recomendação para que não pescassem no rio Caceribú por medida de precaução, a qual foi atendida pelos pescadores, e com isso a empresa efetuou o pagamento de indenização. A estimativa do valor foi feita em cima de uma retirada semanal de R\$600,00 por pescador de Itambí. Sr. Manoel da Itapesca comunicou que mesmo com o pagamento de indenizações a associação está entrando na justiça devido à falta de segurança com que estava sendo realizada as operações de enchimento dos transformadores na empresa, pois cada vez

que acontece um acidente no rio, a produção pesqueira cai. Ricardo, representante do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) perguntou se foi aplicada alguma multa. Breno falou que a APA está aguardando o relatório da análise da água que está sendo realizado pelo LABMAN da PUC para emitir a multa. Disse ainda que a empresa será multada pela APA e INEA. Porém ressalta que os impactos foram pequenos e a empresa se dedicou muito para conter o óleo, além de indenizar os pescadores. Breno lembrou que no TAC firmado com a FCA está previsto a manutenção na Base do Defeso em Itambí de equipamentos de emergência para contenção de óleo em caso de acidente. Sr. Manoel da Itapesca ressaltou a importância desses equipamentos para que num momento de emergência eles mesmos possam iniciar o combate ao óleo. Breno solicitou que a Itapesca faça esta colocação para a Prefeitura Municipal de Itaboraí, perguntando o por que de até agora este equipamento não estar disponível. A APA também questionará a prefeitura. O próximo ponto de pauta é a apresentação do Ministério da Pesca e Aquicultura. Breno esclarece as sucessivas reivindicações dos pescadores sobre o defeso e a mudança de secretaria para ministério. Sr. Manoel se apresentou pois foi um dos que solicitou a presença do MPA, devido a regularização de documentação de pescador em sua comunidade. Na sua opinião, cada entidade deveria ser responsável para regularizar o documento de pescador e não somente a colônia. Acha que o MPA deveria vir à comunidade para revalidar o documento do pescador junto à associação, ao invés de se ter 2 testemunhas apenas. Quando acontece uma questão dessas, que se vai receber indenização, aparece um monte de pescadores de carteirinha, mas que na realidade nunca pescaram, desmoralizando a classe. Ricardo disse que é pertinente a colocação do Sr Manoel. Falou sobre o histórico dos órgãos envolvidos com a questão da pesca: SUDEPE foi o primeiro, depois veio o IBAMA, passou para o Ministério da Agricultura, criou-se a SEAP e agora é ministério da pesca. A importância da mudança de secretaria para ministério reside no fato de que ministério é um órgão de primeiro escalão, sendo melhor devido a importância que se dá a atividade de pesca e ao pescador. Atualmente o quadro de pessoal aumentou e com isso o atendimento ao público melhorou. Estão realizando cadastramento todos os dias. O processo de recadastramento dos pescadores era para ter sido feito em 1 a 2 anos no máximo, mas devido aos inúmeros problemas encontrados com pescadores cadastrados que na realidade não pescavam o trabalho foi maior. Disse que o MPA recebe denúncias e a carteirinha do pescador é cancelada até uma nova entrevista, mas sabe dos riscos que se corre no Rio de Janeiro. Acha que poderia haver acordos de cooperação técnica para

facilitar o deslocamento de servidores para que o cadastramento seja feito na própria comunidade e até a idéia de assembléias nas associações como forma de conferir as informações prestadas pelos pescadores. O ideal seria a manutenção de escritórios regionais para atender o pescador mais próximo de onde vive. Quanto ao defeso Ricardo esclareceu que se o pescador for embarcado a embarcação tem que estar permissionada para aquela espécie do defeso. Se ele não for dono da embarcação tem que levar uma declaração original de que pesca naquele barco. Catadores de caranguejo e de mexilhão que não precisam de embarcação tem que estar atualizados no RGP (registro geral da pesca). Tem que se dirigir ao ministério do trabalho e dar entrada no seguro defeso. Quanto à fiscalização da pesca Ricardo falou que atualmente é feita em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. A pesca amadora também migrou para o MPA, porém está passando pelo período de transição. Breno colocou que dentro das UCs a fiscalização pode ser isolada do MPA. Maurício colocou a questão da portaria do defeso do caranguejo, que devido aos estudos em curso no MMA, seria uma questão a ser discutida em conjunto, MPA e MMA. Ricardo citou o trabalho conjunto que o MPA realiza com as unidades de conservação de Angra dos Reis, Paraty, Arraial do Cabo, além do MPA estar trabalhando junto com a CR8 no caso das Ilhas Cagarras, e portanto o MPA tem interesse num a assento em nosso conselho. Breno disse que no momento da renovação do conselho o MPA será integrado, e até lá sempre que houver reunião será convidado. Aderbal colocou a questão do permissionamento de embarcações, que atualmente não é mais aceita nenhuma embarcação. A questão é que o pescador artesanal da baía de Guanabara, possui embarcações pequenas, que empregam muita gente com baixo esforço de pesca enquanto as embarcações grandes empregam pouca mão de obra e realizam um esforço de pesca muito grande. Ricardo falou que o setor pesqueiro tem que fazer as demandas para o poder público, pois a pressão dos movimentos sociais é importante. Ela já mudou a portaria do defeso do camarão, que antes era separado (defeso do camarão branco separado do defeso do camarão rosa) e agora unificou. Breno aproveitou para colocar a questão do defeso do caranguejo que deveria ser revisto. Citou o grupo de trabalho que está fazendo o plano de gestão do caranguejo e gostaria de saber se o MPA tem informações de como andam estes estudos, porém Ricardo não tinha informações no momento. Então Breno solicitou a Z9 que prepare ofício ao MPA solicitando que o ministério se envolva neste assunto. Ricardo lembrou do Comitê de Gestão da Sardinha e disse que seu objetivo é de diminuir o esforço de pesca, porém a sardinha nos últimos 3 anos teve seu estoque

umentado. Disse que os armadores de pesca, tem questionado o CEPSUL, pois ficam com suas embarcações paradas 6 meses do ano. Aderbal disse que deveriam liberar a pesca da sardinha para os pescadores artesanais da baía. A proposta da reunião que foi realizada no IBAMA do Rio, era de se considerar o tamanho da embarcação, que está diretamente relacionada ao esforço de pesca, e não por número de embarcações. Mas também não se tem resultado desta reunião ainda. O representante do Homens do Mar colocou que sua associação está tirando carteira de pescador sem problema e se colocou a disposição da Itapesca para auxiliar no que for possível. Disse ainda que alguns pescadores tiveram sua carteira cancelada. Ricardo alertou que se o pescador tiver vínculo ativo na CAGEP ? aparece na hora do recadastramento. Então, caso o pescador tenha tido carteira assinada por um tempo, tem que verificar se foi dado baixa quando da rescisão. Ricardo disponibilizou os novos telefones do RGP, para falar com a Regina (22536711) em caso de dúvidas sobre registro de pescadores e falar com Fernanda em caso de registro de embarcação. Breno agradeceu suas colocações e disponibilizou o espaço do conselho para qualquer colocação do MPA. Ricardo deixou seus telefones de contato (91087730, 22539054). Breno passou para outro ponto de pauta, que foi apresentado pelo Francisco do escritório do Mosaico Central Fluminense, o projeto a ser apresentado ao PDA da Mata Atlântica. O edital exige que pelo menos 2 UCs sejam contempladas. O projeto a ser apresentado é Gestão Integrada e Participativa para Conservação da Mata Atlântica, que abrange a ESEC Guanabara, APA Guapimirim e Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Francisco veio representando a ONG Compartilharte que seria a executora do projeto, e fez uma breve explanação do mesmo. Breno colocou a importância do projeto e deu como exemplo a estruturação da Cooperativa Manguezal Fluminense que surgiu do Projeto 031 do PDA da Mata Atlântica. Maurício salientou que um dos beneficiários deste novo projeto serão os conselheiros que receberão capacitação. Elmo quis saber qual é o recurso que existe para este projeto. Francisco falou que se dispõe de R\$350.000,00 sendo 20% de contrapartida da instituição beneficiária. Sr Manoel disse que trouxe um ofício para inclusão de ponto de pauta sobre a gestão integrada e o período inadequado do defeso. Disse que já levantou a questão do período de defeso junto ao Ministério Público. Breno sugeriu que Itapesca e Z8 fizessem em conjunto uma solicitação ao MPA. Maurício comentou que já havíamos feito uma solicitação ao IBAMA, que respondeu alegando que atualmente dependia também do MPA. Ricardo solicitou uma cópia desta solicitação e Breno se comprometeu a enviar uma cópia do processo ao MPA. Próximo

ponto de pauta foi a apresentação do Plano de Ação da APA/ESEC pelo Maurício. Sugeriu que caso algum conselheiro quisesse contribuir em algum ponto solicitasse a sua inclusão. Como destaque Maurício divulgou o Cine Ambiental para as lideranças levarem a idéia às suas bases. Também explicou a suspensão das atividades do núcleo de educomunicação, devido ao servidor responsável ter sido transferido, mas que nova funcionária está vindo para assumir este núcleo. Destacou o fortalecimento do NULOP com a parceria com o Batalhão Florestal, de patrulhamento 24 horas por dia, e disse que as fiscalizações conjuntas com o Mosaico tem surtido bom resultado. Outro ponto abordado é que os fiscais da Base do Defeso de Itambí já podem atuar em toda área da APA. Também citou as melhorias das instalações na sede e de sua infraestrutura o que dá maior visibilidade das UCs na região. Aderbal colocou a questão de que alguns pescadores tiveram suas redes apreendidas por estarem pescando próximo ao manguezal na baía. Falou que esta distância não está “visível” para os pescadores e solicitou apoio para colocação de estacas para demarcar esta distância, onde é proibido a colocação de rede. Maurício disse que não temos como demarcar, mas podemos supervisionar esta colocação. Breno destacou que atualmente as apreensões são feitas com GPS, portanto torna-se difícil erros, mas que não há problema quanto a colocação das estacas. Aderbal também reclamou que os veranistas tem pego muito robalo pequeno, pedindo mais rigor na fiscalização. Maurício concorda, disse estar registrada a denúncia. Breno então vai intensificar a fiscalização aos finais de semana. Elmo solicitou a palavra para falar dos estudos que estão sendo realizados pela UFF, LAGEMAR, sobre sedimentos. Pois devido às fortes chuvas e a terraplanagem do COMPERJ, pensa que estas obras já devem ter injetado sedimentos em nossos rios. Gostaria de ter acesso aos estudos. Viviane relatou que em março encerrou a autorização emitida pelo Sisbio para esta pesquisa e que a equipe da UFF irá continuar a pesquisa por mais 6 meses por conta própria, e foi orientada a solicitar nova autorização do Sisbio para isso. Breno solicitou que se entre em contato com o Lagemar para que façam uma apresentação dos resultados em nossa próxima reunião. O representante da COMAMEA perguntou se a fiscalização funciona fim de semana na APA, pois fez uma denúncia de um tucano manso que estaria solto em Barão de Iriri, que a princípio foi repassada para o Bombeiro, mas não haviam ido lá apreender o tucano, que acabou indo para o sítio de um comunitário. Viviane relatou que recebeu a denúncia e por não haver pessoal habilitado para esta captura no sábado na APA, estávamos lá devido ao acidente de óleo, repassou a denúncia ao bombeiro, entidade parceira da APA na captura/soltura de

animais na unidade, que se prontificaram a ir ao local. O conselheiro falou que seria interessante que o Batalhão Florestal tivesse telefone para que pudessem denunciar direto ao batalhão nos finais de semana. Breno então ficou de repassar o telefone do batalhão no Colubandê, que se comunica com nosso posto por rádio. Também registrou uma denúncia de caçadores e Breno falou que esta denúncia iria ser encaminhada ao Batalhão Florestal. O representante do Homens do Mar também fez uma colocação, de que haviam pescadores da baía que estavam optando pelo defeso do Guaiamum que era de 6 meses, mas não havia Guaiamum na baía. Ricardo colocou que o pescador artesanal pesca todas as espécies disponíveis, e deve fazer a opção de apenas um defeso por ano, da espécie mais capturada por ele. Elmo retomou o assunto da dragagem dos rios da APA. Breno lembrou que a negociação com o INEA da dragagem dos rios foi suspensa pois passaram por um período crítico de licenciamento do acesso de cargas especiais para o COMPERJ, que a princípio seria hidroviário (pelo Caceribú), e a dragagem saneadora dos rios iria comprometer a proibição de acesso pelo rio. Elmo falou ainda que seria necessário um projeto básico de dragagem e um orçamento. Caso o orçamento não fosse muito alto poderia ser feita uma pressão para o estado realizá-la. Breno respondeu dizendo que levaria esta proposta ao INEA e quanto ao caso do membro honorário irá ser revisto o Regimento Interno e caso necessário alterá-lo em reunião. Aderbal fez um informe de que no dia 26 de abril terá uma reunião na colônia com a presença de uma assistente social para falar dos direitos dos pescadores. Breno sugeriu que fosse divulgada esta informação para a Z8. Como nada mais havia para ser colocado, a reunião foi encerrada, Breno agradeceu a presença de todos e foi lavrada esta ata que vai por mim assinada.

Em 13 de abril de 2010

---

VIVIANE DE FORMIGA XAVIER LUND  
Secretaria executiva do CONAPAGUAPI